

Movimento ambientalista e a energia nuclear

GOLDEMBERG, José. "Movimento ambientalista e a energia nuclear". O Estado de São Paulo. São Paulo, 17 de outubro de 2016.

O governador do Estado de Nova York, nos Estados Unidos, tomou recentemente uma decisão que pode ter sérias consequências para todo o movimento ambientalista daquele país, com repercussões no resto do mundo. A decisão do governador tem a finalidade de permitir ao Estado de Nova York atingir a meta de 50% de eletricidade de fontes renováveis em 2030. Atualmente, essa participação é de apenas 23%.

Análises técnicas concluíram que para alcançar esse ambicioso objetivo será preciso manter em funcionamento duas centrais nucleares, que são deficitárias. Será necessário, portanto, pagar mais pela energia gerada nos reatores nucleares porque reatores nucleares não emitem gases, que são a principal causa do aquecimento global. O subsídio necessário é de US\$ 965 milhões para os próximos dois anos.

Com isso os reatores nucleares ganham uma sobrevida, o que encorajou outras iniciativas do mesmo gênero e irritou o movimento antinuclear americano. A decisão tomada pelo governador de Nova York criou, pois, uma divisão no movimento ambientalista, que no passado marchava unido contra o aquecimento global e contra a energia nuclear.

As duas vertentes ambientalistas têm origens históricas diferentes. O movimento tradicional teve início em fins do século 19 e era essencialmente voltado para a conservação da natureza. Com o aumento da poluição resultante da grande atividade industrial do século 20 e do crescimento das cidades, ele se estendeu à melhoria da qualidade do ar e das águas e ao impacto das grandes obras no meio ambiente. Essa é uma preocupação de toda a população e deu origem à criação de ministérios de meio ambiente ou entidades públicas equivalentes no mundo todo.

Mais recentemente, os problemas do aquecimento global passaram a dominar a agenda ambiental, já agora com sérias implicações políticas, porque a redução do consumo de combustíveis fósseis, necessária para diminuir a emissão de gases responsáveis pelo "efeito estufa", tem profundas consequências econômicas e afeta os países de forma diferente.

O movimento antinuclear é muito mais recente. Desde o início teve um caráter mais político, pelo fato de não haver uma distinção tecnológica clara entre o uso de energia nuclear para fins militares e para fins pacíficos, e foi isso que originou uma enorme mobilização. No início da guerra fria, entre Estados Unidos e União Soviética, o movimento antinuclear era frequentemente acusado de ser antiamericano.

Em condições normais de funcionamento, reatores nucleares são seguros e não podem ser comparados com armas nucleares, porque a radioatividade fica contida numa cápsula de aço. Além disso, não emitem gases de "efeito estufa" e por essa razão são considerados uma fonte de energia renovável.

Quando acontecem acidentes, porém, a cápsula pode se romper e espalhar radioatividade. Foi o que aconteceu em 2011 em Fukushima, no Japão: centenas de milhares de pessoas foram afetadas e o custo da contenção dos danos é enorme, uma vez que a quantidade de material radiativo liberada é comparável à da explosão atômica que destruiu Hiroshima, em 1945.

A partir de 1970, centenas de reatores nucleares foram construídos em 31 países; operam hoje no mundo 440 deles. Até 20 anos atrás a energia nuclear parecia ser a energia do futuro. Mas os acidentes e o receio de contaminação nuclear levaram vários países, entre os quais Japão e a Alemanha, a abandonar gradativamente essa forma de energia e procurar desenvolver alternativas.

Eletricidade nuclear, que chegou a representar 16% da energia elétrica usada no mundo, representa hoje menos de 11%. Apenas uns poucos países continuam a construir reatores – os principais deles são a China, a Índia, a Rússia e a Coreia do Sul. Nos outros há grandes esforços para manter os reatores existentes em funcionamento e substituir os antigos, que estão atingindo o fim de sua vida útil.

Sucedem que os novos reatores são mais caros que os antigos e a competitividade que proporcionavam no custo da eletricidade produzida está desaparecendo: gás natural, que é abundante em muitas partes do mundo, oferece custos menores, da mesma forma que energias renováveis como a eólica e a de biomassa.

Foi por isso que o Estado de Nova York decidiu subsidiar fortemente o setor nuclear para manter aqueles dois reatores em funcionamento. O argumento dado pelo governo é que subsídio é o “custo social do carbono” que seria emitido se os reatores fossem desligados, já que a eletricidade teria de ser gerada usando combustíveis fósseis, que emitem gases do “efeito estufa”.

Essa posição é defendida por alguns ambientalistas, o que cria um conflito com os ambientalistas mais tradicionais. O problema é decidir o que é mais grave: emissões de gases de “efeito estufa”, que são liberados sempre que energia é gerada a partir de combustíveis fósseis, ou os efeitos da radioatividade que poderá ser lançada no meio ambiente apenas quando eventuais acidentes acontecerem.

É impossível resolver essas diferenças de maneira científica, mas o que está ocorrendo na prática é que diversos países adotaram o “princípio da precaução” e estão abandonando a energia nuclear como opção energética. Exemplos são a Alemanha, a Itália, o Japão e a França. Outros estão reduzindo a sua contribuição.

Como os custos de produção de eletricidade nuclear estão subindo e os de outras energias renováveis estão baixando, o problema provavelmente será resolvido por questões econômicas – que levarão ao abandono da alternativa nuclear.

Por enquanto ela está se mantendo à custa de subsídios, que dificilmente poderão perdurar indefinidamente.

José Goldemberg é professor emérito da USP, presidente da FAPESP, foi secretário do Meio Ambiente da Presidência da República